

JUDICIÁRIO

Presidente da Amagis apela até ao governador, na esperança de que o Tribunal de Justiça libere créditos retidos há mais de um mês. Protestos se multiplicam em site da entidade

Juízes lutam por atrasados

ISABELLA SOUTO

A magistratura mineira está em crise. Desde o mês passado os juízes esperam que o Tribunal de Justiça (TJMG) libere a eles crédito que têm junto ao Judiciário, pago parceladamente, sempre nos meses de junho e dezembro. Na briga para receber o dinheiro, apelaram até ao governador Antonio Augusto Anastasia (PSDB), que recebeu, no dia 15, a visita do presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), Bruno Terra. Na ocasião, o magistrado comentou que o objetivo era tentar amenizar a "inquietação" da classe.

As parcelas devidas aos juízes referem-se a direitos adquiridos ao longo da carreira, como a correção da URV e a substituição da remuneração – formada por várias parcelas – por subsídio único, regra trazida com a reforma da Previdência, aprovada em dezembro de 2003, e encampada pelo Conselho Nacional de Justiça

(CNJ). "Essa troca gerou um valor mais alto, e a diferença não foi paga de uma vez", explicou uma fonte. No entanto, no mês passado o TJ não fez o pagamento para a categoria. Também têm créditos a receber os desembargadores e servidores do Judiciário.

Procurado pela reportagem, o presidente da Amagis não quis comentar o assunto. Mas no site oficial da Amagis na internet há um texto em que o juiz lamenta o atraso no pagamento. "A Amagis tem cumprido seu dever de representação da classe, de ir ao tribunal, fazer

as cobranças e levar os pleitos da magistratura. E isso tem sido feito constantemente, mas infelizmente os retornos não têm sido da forma que a magistratura espera. Então decidimos abrir um novo canal de diálogo, agora, direto com o Executivo, para tentar viabilizar o pagamento das verbas devidas à magistratura", escreveu na página.

LUTA DE CLASSE O ato de Bruno Terra foi elogiado por colegas que postaram mensagens na página da entidade. Um juiz do Triângulo Mineiro comentou que "temos consciência de que a magistratura não pode pedir de joelhos aquilo que conquistamos. Ainda bem que sua gestão tem sido pautada por uma luta incansável para manutenção das nossas prerrogativas e uma defesa transparente dos nossos pleitos".

Dois magistrados aposentados também fizeram questão de parabenizar o presidente da Amagis por se dirigir diretamente ao governador. "Com tal atitude, V. Exa. demonstra que as circunstâncias atuais o forçam a tentar abrir uma nova via de negociação, diretamente com o chefe do Executivo, já que é de se supor que quem deveria fazê-lo não toma atitudes positivas. Com isto, V. Exa. demonstra que, ao contrário do que alguns pensam, a Amagis está vigilante e atuante. Boa sorte!!", afirmou um deles. Um juiz do Sudoeste do estado completou: "Se Maomé não vai à montanha ela não vem a Maomé. Luta de classe é ação e não espera (eterna)." Por meio da assessoria de imprensa, o presidente do TJ, Cláudio Costa, afirmou que reconhece o direito dos juízes, mas que não há orçamento para fazer o pagamento.

ECONOMÊS/PORTUGUÊS

A unidade real de valor (URV) foi um indexador e um dos pilares do Plano Real, lançado para conter a alta inflação que afetou o Brasil durante o governo Itamar Franco. Os valores da URV eram publicados diariamente (entre fevereiro e junho de 1994) e serviam para converter, obrigatoriamente, todas as transações realizadas na moeda da época, o cruzeiro real. Em julho de

RECOMPOSIÇÃO DE URVS

1994 passou a circular o real. As perdas foram geradas porque os vencimentos dos magistrados deveriam ser convertidos não pelo equivalente no último dia do mês de competência, mas sim pelo equivalente em URV na data do seu efetivo pagamento. Com o erro, houve uma redução salarial de 11,98% para os magistrados em todo o país.

O TEMPO

R\$ 1,00 (outros Estados R\$ 2,00) - www.otempo.com.br - Belo Horizonte - Ano 15 - Número 5.336 - Terça-feira, 26/7/2011

Risco. Arsenal está armazenado de forma precária em tribunais e fóruns mineiros

Minas guarda 34 mil armas sem segurança

Estado é o 3º com mais armas nessas condições, diz CNJ

■ Levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revela um verdadeiro arsenal sob custódia do Poder Judiciário em todo o Brasil. Só em Minas, o terceiro Estado com o

maior número de armas nessa situação, são 34.603. Na maioria das vezes, esse armamento fica abrigado sem a segurança adequada, colocando em risco a população, alerta o juiz dire-

tor da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), Edson Feital. O Rio de Janeiro é o campeão: são 550.396 armas, inclusive fuzis, em fóruns e tribunais. **Página 22**

Justiça. Cerca de 34 mil armas estão guardadas em unidades do Estado, que está em terceiro lugar no país

Arsenal em fóruns de Minas coloca a população em risco



Desprotegido. Em outubro do ano passado, um vigia do fórum de Contagem foi assassinado por bandidos que tentavam roubar armas

Minientrevista



“O envio das armas deveria ser em 60 dias”

O armazenamento de armas nos fóruns compromete a segurança? É perigoso porque deixa os servidores vulneráveis a assaltos e essas armas acabam voltando para a criminalidade. Além disso, quase sempre, esse armamento é pesado e contrabandeado. O envio dessas armas ao Exército deveria ser em até 60 dias.

Como é a situação no interior? Aconselhamos os juízes do interior a enviar que as armas para a Polícia Militar. Não há condições de guardar esse material nos fóruns do interior e, para enviar para o Exército, é ainda mais demorado porque temos que reunir uma certa quantidade e solicitar às Forças Armadas.

O que pode ser feito para amenizar o problema? É preciso haver vontade política para investir na segurança dessas comarcas, que não têm vigias, alarmes, cofres ou câmeras. O dinheiro que a Justiça tem hoje mal dá para cobrir a folha de pagamento dos funcionários. (JS)

Pelo Brasil

Lei. Com o convênio, cerca de 700 mil armas sob custódia da Justiça em todo o país serão enviadas para o Exército. Os juízes terão 180 dias para fazer o encaminhamento.

Sem segurança para armazenamento, elas se tornam alvo fácil de criminosos

■ **JOANA SUAREZ**
■ Um arsenal de 34.603 armas está armazenado nos fóruns de Minas Gerais. Os números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) trazem o Estado como o terceiro com mais armamento do país em seus tribunais, perdendo somente para o Rio, com mais de 550 mil, e para São Paulo, com 49 mil. São armas apreendidas pela polícia, algumas com alto poder de destruição, como metralhadoras e fuzis, que ficam sob custódia da Justiça para que sejam apresentadas durante o processo. O problema é que, na maioria dos fóruns, elas ficam em local desprotegido e se tornam uma ameaça à segurança da população.

Um exemplo da precariedade da segurança do armamento, inclusive nas grandes cidades, é que, em outubro do ano passado, o vigia do Fórum Doutor Pedro Aleixo, em Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, foi assassinado com um tiro no peito. Ele era o único segurança do fórum de uma das principais cidades mineiras, e os bandidos queriam roubar armamento.

“Nas comarcas do interior, a situação é ainda pior. Muitas vezes, não há nem vigia noturno, o juiz fecha a porta e só volta no dia seguinte. Além de tirar essas armas dos fóruns, é necessário investir em equipamentos de segurança”, destaca o diretor da Associação de Magistrados de Minas Gerais (Amagis), o juiz Edson Feital. Segundo

ele, há relatos de juízes que tiveram problemas com a falta de segurança nesses municípios. Muitas dessas armas, inclusive, são provas de processos já julgados ou arquivados, as quais acabam esquecidas nos fóruns.

Como uma medida de segurança desde a intensificação dos roubos, o Tribunal de Justiça de Minas (TJMG) mantém em sigilo o número de crimes registrados no Estado. O tribunal também não informa quais as cidades guardam armas nem a quantidade armazenada em cada uma delas. Mas, para o advogado criminalista Sérgio Leonardo, pelos menos metade das 34 mil armas está em tribunais da capital e da região metropolitana.

CONVÊNIO. Para tentar minimizar o problema da falta de segurança, o CNJ e o Exército devem assinar, nesta semana, um convênio para que o armamento de todas as unidades judiciárias seja encaminhado para quartéis no prazo máximo de 180 dias, a contar da data do depósito em juízo.

O acordo vai viabilizar o cumprimento da resolução 134/2011 do CNJ, que determina ainda que os juízes justifiquem a necessidade de se manter a arma no tribunal durante o andamento do processo e providenciem um local adequado para armazená-la. Caso contrário, o artefato será destruído.

Hoje, a Justiça já encaminha as armas para destruição, mas o diretor da Amagis explica que o envio do armamento esbarra na burocracia. “A arma deve ser catalogada e conferida e há muitas para serem recolhidas pelo Exército. Isso tudo é um processo que demora”, esclarece.

MUITA ARMA E POUCA SEGURANÇA

Dez Estados que mais têm armas em seus fóruns



ROUBO E MORTE EM CONTAGEM
Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, registrou um dos casos mais graves envolvendo a falta de segurança em fóruns. No dia 19 de outubro de 2010, um vigia foi assassinado com um tiro no peito por bandidos que queriam roubar armas guardadas no local. Eles chegaram a arrombar a maçaneta da porta, mas não conseguiram entrar na sala. Funcionários tinham denunciado há pouco tempo o sumiço de armas.

FONTE: CNJ

Após morte, Contagem investe em segurança

■ Depois da morte do vigia do Fórum Doutor Pedro Aleixo, em Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, em outubro passado, foram instalados equipamentos de segurança no local, como câmeras de vigilância e

alarme. Quando o funcionário foi assassinado, só ele trabalhava na segurança do fórum no período da noite. Hoje, segundo o juiz responsável pela comarca, Arilson Assunção Alves, são dois vigias noturnos.

O magistrado afirma que

não houve mais roubos de armas, que agora são armazenadas em uma sala protegida por grades. “Os juízes criminais da comarca são responsáveis pelas armas. Nós queremos que elas saiam daqui o mais rápido possível”. (JS)

Minas

PÁGINA 17 - BELO HORIZONTE, DOMINGO, 24/7/2011

Onde está o JUIZ?

ERNESTO BRAGA

eleal@hojeemdia.com.br

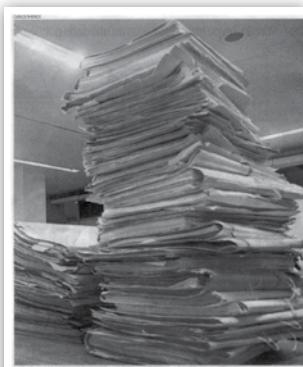
No meio do ano passado, o universitário Gabriel Costa Reis, de 35 anos, entrou com ação no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, reque-rendo o direito a receber um seguro. Ele esperava que o desfecho fosse rápido. Um ano depois, o processo ainda corre na Justiça. Na expectativa por uma sentença favorável, Gabriel buscou explicações para a morosidade da tramitação e ficou surpreso com o que descobriu. “Fui informado pela secretaria da vara que eu precisaria ter muita paciência, pois estava faltando juiz e o substituto, que só trabalha uma vez por semana, está analisando casos do início de 2009. Isso é abandono jurídico. Como não podemos fazer justiça com as próprias mãos, só nos resta recorrer ao Estado”, lamenta.

O Fórum Lafayette confirma a ausência de juízes titulares em 19 das 101 varas da capital (veja infografia). Os postos vêm ficando vagos desde maio de 2010, devido a aposentadorias, e o quadro se agravou nesse ano, com a promoção de cinco magistrados a desembargadores. O vice-presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), desembargador Herbert Carneiro, que compõe a 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), afirma que a dimensão do problema é bem maior em Minas Gerais. Segundo ele, além de Belo Horizonte, pelo menos 45 das 295 comarcas do interior do Estado estão sem juízes titulares. O TJMG confirma cadeiras vagas em varas de 25 comarcas.

A situação tende a piorar. Para suprir as vagas abertas em BH, serão promovidos juízes que atuam em municípios do interior. O edital foi publicado pelo TJMG há três meses e as inscrições dos magistrados interessados estão sendo analisadas. A previsão é que a Corte Superior do Tribunal aprove os nomes em 8 de agosto. Serão 20 nomeações para a capital. O TJMG informou que mais 18 magistrados serão designados para o interior, transferidos de comarcas menores para outras de maior movimentação processual. A escolha será feita com base no tempo de serviço e merecimento profissional. A demora para compor o quadro, segundo a instituição, ocorreu por causa do período eleitoral, no segundo semestre de 2010, e pela suspensão do processo pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no início desse ano, devido a recursos recebidos pela instituição.

Enquanto isso, as vagas são preenchidas por juízes substitutos. Há 58 magistrados auxiliares em Belo Horizonte. Segundo o Fórum Lafayette, eles têm as mesmas competências dos titulares e se revezam nos postos vagos, sem prejuízo ao andamento dos processos nas varas. O TJMG informa que o mesmo ocorre no interior. Mas, na prática, a realidade é bem diferente, como afirma Herbert Carneiro. “Em Minas, a média de processos analisados por juiz estadual é de 20 mil. O ideal seria de 7 mil a 10 mil. Como entram 120 novos processos por mês nas varas, os juízes substitutos têm que priorizar os casos mais urgentes. Em BH e comarcas maiores, em que há mais de um magistrado, o problema é minimizado. Mas, nos municípios pequenos, os juízes substitutos, que precisam realizar longos deslocamentos para atender outra cidade, acabam fazendo isso uma vez por semana, a cada 15 dias ou uma vez por mês”, ressalta o desembargador.

Em Minas, a média de processos analisados por juiz estadual é de 20 mil; o ideal seria de 7 mil a 10 mil



Melhorias na estrutura judiciária, como informatização, ajudam a agilizar os processos



A falta de juízes nos processos gera insatisfação da sociedade

4 milhões de processos acumulados

Minas possui mil juízes, número que precisaria dobrar para atender à demanda na Justiça Estadual

ERNESTO BRAGA

eleal@hojeemdia.com.br

As 19 varas judiciais de Belo Horizonte sem juízes titulares acumularam, em 2010, 140.987 processos, segundo o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Desse total, foram julgados 37.038, o equivalente a 26,27%. A 2ª Vara de Feitos Tributários foi a campeã em número de ações: acumulou 14.249 e julgou 1.633 (11,38%), média de 136 por mês. A vara com menor número de processos, no ano passado, foi a 3ª de Família: 3.174 recebidos e 2.278 julgados (71,77%), média mensal de 190 julgamentos.

O vice-presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), desembargador Herbert Carneiro, afirma que em Minas há cerca de mil juízes estaduais de primeira instância na ativa. “O ideal seria o dobro, já que há mais de 4 milhões de processos acumulados na Justiça Estadual”, afirma. Segundo o desembargador, outros fatores contribuem para a morosidade do andamento processual. “Temos um Código de Processo Penal ultrapassado, de 1941, e projetos de reforma da legislação tramitam há mais de 20 anos. Um bom advogado consegue, no mínimo, 70 recursos para uma mesma ação. É preciso também que haja melho-

rias na estrutura judiciária. É inadmissível que, até hoje, quase tudo funcione na base do papel, sem informatização”, critica.

O diretor jurídico da Associação dos Defensores Públicos de Minas, Fernando Campelo Martelleto, ressalta que, por causa da falta de estrutura do sistema, o trabalho da categoria acaba sendo questionado. “Muitas pessoas assistidas pela Defensoria têm a falsa sensação de que, por ser um ser-

der a demanda. “Em Minas há 530 defensores e cem aguardam para tomar posse. O número ideal seria 1.200”, afirma Fernando Martelleto. A falta de estrutura é confirmada por Herbert Carneiro. “Hoje são nove serventuários por secretaria da vara, que analisam, no mínimo, 4 mil processos por ano, a mesma estrutura de dez anos atrás, quando eram 1.500 processos anuais”.

Por meio da assessoria de imprensa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o juiz Paulo Tamburini, conselheiro da instituição, afirmou que há déficit de magistrados no Brasil: são oito a nove juízes por grupo de 100 mil habitantes, enquanto a média internacional é de 11 a 12 magistrados por igual parcela da população. “Na Justiça de primeiro grau, por exemplo, ocorrem mutirões de julgamento. Ou seja, os juízes de uma mesma região, ou de outros locais, vão trabalhar em uma comarca ou vara com maior número de processos, mas que estão desprovidas de magistrados”, diz. O Hoje em Dia entrou em contato com o presidente da seção mineira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG), Luís Cláudio Chaves, mas ele não quis se manifestar.

O número de defensores públicos e serventuários da Justiça também é considerado pequeno

viço público, o resultado é mais demorado do que quando é contratado um advogado particular. Na verdade, o processo não corre porque a vara está travada”, garante.

Ele destaca que o número de defensores públicos e serventuários da Justiça (servidores que fazem a movimentação de processos nas varas) também é pequeno para aten-



Judiciário de Muzambinho recebe visita de Magistrados

19/07/2011 - 11:50hs
Fonte: Da Redação

O Judiciário de nossa cidade recebeu na manhã desta terça-feira 19/07, a visita dos Srs. Magistrados de Belo Horizonte que vieram até Muzambinho hipotecar seus apoio e apoio da AMAGIS ao Juiz de Direito da Comarca Dr. Flávio Schmidt em relação as decisões ao Processo que envolve o Ver. Otávio Sales de Magalhães. Estiveram presente o Pres. da Associação dos Magistrados Dr. Bruno Terra, o Desemb. Dr. Heber Carneiro Vice-Pres. Administrativo da AMAGIS, Juizas de Monte Belo e Guaranésia dentre outros. Anos coletiva a imprensa os magistrados se reuniram para discutir assuntos relativo ao Judiciário.



Click Aqui para entrevista do Dr. Bruno Terra - Pres. Ass. dos Magistrados



Muzambinho.com - Copyright© 2010

No dia 19/07, o Juiz da Comarca de Muzambinho, Dr. Flávio Umberto Moura Schmidt, recebeu o apoio de representantes da Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS), Dr. Bruno Terra, diante dos ataques sofridos através do vereador Otávio Sales (PPS). O encontro contou com a participação do Presidente da AMAGIS, Dr. Bruno Terra, vice-presidente Desembargador Dr. Heber Carneiro, além de juizes de Comarcas da região, como Dra. Lúcia Landgraf (Monte Belo) e Dra. Cristiana Zampar (Guaranésia). Nossa reportagem ouviu o posicionamento do presidente da Associação dos Magistrados Mineiros e do próprio Juiz Dr. Flávio Schmidt.

GUARANTIA DO EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO - O presidente da AMAGIS, Dr. Bruno Terra, esclareceu que a visita a Muzambinho teve por objetivo assegurar a independência do Magistrado, Dr. Flávio Schmidt, no exercício da jurisdição, isto porque nenhum juiz pode ser atacado por exercer a jurisdição. Esclareceu que na democracia há mecanismo para as irresignações de cada cidadão, pois ninguém é obrigado a gostar de uma decisão judicial. Não tolera que nenhum juiz do estado de Minas Gerais tenha a sua independência de agir conforme o direito, as provas do processo e as formas vigentes no país.

ATAQUES AO JUÍZ - Dr. Bruno Terra comentou que o colega Dr. Flávio Schmidt é um juiz com mais de 10 anos de carreira e com uma ficha "impecável", reconhecida pelo Tribunal de Justiça. Porém, chegou ao conhecimento da AMAGIS que por conta de uma decisão, "alguém" se irresignou e não se conformou ao que a democracia coloca em termos de possibilidade de recursos contra eventuais decisões desfavoráveis e mesmo assim a harmonia entre os poderes e o respeito entre as instituições pode sofrer o nosso chamado estado democrático de direito", disse.

O Magistrado manifestou que, a partir do instante em que alguém, de forma contrária ao estado democrático de direito, passa a atacar o próprio estado democrático de direito, passa a atacar o próprio estado democrático de direito. "O Juiz é intocável no exercício da jurisdição. Ele tem asseguradas as suas prerrogativas exatamente para que cada cidadão tenha a certeza de sua independência e imparcialidade", disse. Acrescentou que, se a pessoa não está de acordo com a decisão, deve recorrer ao Tribunal em Belo Horizonte. Mas não é aceitável tentar inibir a ação judicial. Mas alertou que a Associação dos Magistrados jamais tolerará qualquer ação no sentido de inibir a ação de um juiz.

Para isto, a AMAGIS vai a todos os quadrantes de Minas Gerais para assegurar a autonomia e independência do juiz para que continue a julgar. "O Juiz Dr. Flávio Schmidt é um magistrado de passado exemplar, respeitado entre os seus pares, respeitado no Tribunal de Justiça e que merece ter a nossa atenção", falou.

AÇÃO DO VEREADOR - Indagado para que informasse de forma clara o nome do vereador Otávio Sales, o Magistrado respondeu: "Este alguém sabe bem quem é". Em seguida, revelou que o Juiz Dr. Flávio Schmidt já está assistido pelo departamento jurídico da AMAGIS. Assim, preferiu não entrar neste instante em detalhamento, como redes sociais e outras formas de utilização. "O Dr. Flávio está apoiado por sua associação de classe, por seu partido político e por suas instituições, as redes sociais e outras formas de utilização. Mas não há forma de se prender um juiz a uma missão de julgar. A autonomia e a imparcialidade daqueles que têm a missão de julgar.

AGRESSÃO AO JUDICIÁRIO - Dr. Bruno Terra afirmou que a situação vivida em Muzambinho é observada como uma verdadeira agressão ao Judiciário e ao próprio estado democrático de direito. Lembrou a Constituição: "Diz que todo poder emana do povo, que o estado não pode deixar de exercer a jurisdição e os poderes devem ter convivência harmônica. É ainda diz mais: que o estado não pode deixar de exercer a jurisdição. Mas diz também que os poderes devem ter convivência harmônica. Portanto, é inaceitável tentar atingir a pessoa do juiz e o seu transgredir, situação de lesão ou ameaça de lesão ao direito".

APOIO JURÍDICO - O Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros afirmou que o departamento jurídico da entidade atua de forma independente e independente exercício da jurisdição, esta sujeita a ações. Seja na esfera administrativa, dependendo do caso concreto.

FORTALECIMENTO DA COMARCA - Dr. Bruno Terra concluiu dizendo que a Comarca de Muzambinho e o Juiz Dr. Flávio Schmidt são reconhecidos e admirados por seus colegas e no Tribunal de Justiça pelos seus dez anos de exercício. Tem ainda a seu favor o reconhecimento de que sempre destruiu no meio judiciário, seja em primeira instância e em segunda instância.

Extraído de: Associação dos Magistrados Mineiros - 17 horas atrás

Diretores vão a Muzambinho em defesa da magistratura

O presidente da Amagis, juiz Bruno Terra, acompanhado do vice-presidente Administrativo da Associação, desembargador Herbert Carneiro, reuniu-se na manhã desta terça-feira, 19, com os magistrados da Comarca de Muzambinho, no Sul de Minas, e região para, na defesa do juiz Flávio Schmidt, reafirmar a independência e autonomia da magistratura no exercício da judicatura.

Após o juiz Flávio Schmidt proferir uma decisão judicial, uma das partes passou a promover ataques a ele, em redes sociais e em outros espaços, a fim de pressionar o magistrado junto à opinião pública, ignorando as vias legais que permitem a qualquer cidadão recorrer da decisão de um juiz. Na avaliação do presidente da Amagis, o recurso é o caminho natural para aquele que esteja descontente com alguma sentença, mantendo o respeito às instituições e, principalmente, ao Estado Democrático de Direito. Para ele, entretanto, quando alguém ataca um magistrado, essa pessoa está se rebelando contra os próprios princípios democráticos.

Bruno Terra fez questão de deixar claro que a presença da Associação em Muzambinho teve como objetivo garantir que o juiz Flávio Schmidt continue exercendo sua jurisdição de forma independente, autônoma e imparcial. O juiz Flávio Schmidt é um homem reto, digno, reconhecido e admirado por seus colegas e no Tribunal de Justiça pelos seus dez anos de magistratura, afirmou.